

Escolas podem adotar aulas sobre trânsito

As escolas públicas e particulares de 1º e 2º graus poderão contar com a disciplina "Introdução às Normas de Trânsito". Trata-se do Projeto de Lei nº 197 de 1995, de autoria do deputado federal Roberto Rocha (PMDB-MA), que foi apresentado, em maio, à Câmara dos Deputados. O projeto foi bem recebido e promete gerar muita discussão durante as audiências públicas. "Ninguém pode ser contra esse projeto. Seria contraditório em relação à situação alarmante do trânsito brasileiro", afirma o deputado.

A primeira audiência pública foi realizada em 22 de setembro e teve a presença do presidente do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Kasuo Sakamoto; do Departamento da Polícia Rodoviária Federal; do Ministério da Educação e do professor da Universidade de Brasília (UnB), David Duarte Lima, do Departamento de Saúde Coletiva. A próxima audiência ainda não foi marcada, mas provavelmente ela contará com a presença do piloto de Fórmula 1, Nelson Piquet.

O deputado Roberto Rocha reconhece que já existem iniciativas propondo a educação para o trânsito,

com o objetivo de amenizar os trágicos dados estatísticos brasileiros, como é o caso das campanhas organizadas pelos Governo Federal e estaduais. Ele ressalta, contudo, que sua proposta vai mais além, afirmando: "já se praticava essa educação para o trânsito. Nós queremos, através do projeto, ordenar juridicamente essa questão".

O projeto de educação para o trânsito enfrenta alguns obstáculos. O Ministério da Educação propõe a implantação da "Introdução às Normas de Trânsito" de maneira interdisciplinar, ou seja, seu conteúdo seria distribuído entre disciplinas já existentes no currículo escolar. A falta de corpo docente para ministrar os cursos é outra dificuldade. "Não existem, no Brasil, escolas que formem professores para educação do trânsito", reconhece Roberto Rocha.

O projeto ainda não possui data para ser votado. Caso seja aprovado, o seu tempo de implantação vai depender da regulamentação do Poder Executivo. Roberto Rocha acredita que, no próximo ano, ele já vai poder ser executado. "Evidentemente que o projeto não vai resolver tudo, mas acho que vai diminuir demais esses índices que temos hoje", diz o deputado.